

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AO GENTIO EXISTENTE NO PIAUÍ ENTRE OS ANOS DE 1700-1757

Portuguese language teaching to gentiles who existed in Piauí between the years of 1700-1757

Juscelino Francisco do NASCIMENTO¹

Maria Alveni Barros VIEIRA²

RESUMO: Neste trabalho, procuramos abordar a disseminação da Língua Portuguesa entre a população indígena que existia no Piauí setecentista. Trata-se, pois, de um estudo histórico que busca analisar os mecanismos políticos e culturais da colonização portuguesa que ensejava a ressocialização dos indígenas no Piauí através de uma educação predominantemente cristã e ancorada no ensino da Língua Portuguesa. As fontes utilizadas neste estudo – ofícios, termos, leis, regimentos, cartas e alvarás régios – foram analisadas à luz dos pressupostos teóricos trabalhados por Roger Chartier (1990) para compreender a mecânica utilizada pelo Estado com fins de instaurar a ordem, pacificar as populações, legitimar poderes, conferir primazias ou privilégios, definir posses, fronteiras territoriais e culturais. A análise das fontes permitiu-nos apreender que o uso de uma língua geral com elementos da Língua Portuguesa na catequese, o contato do indígena com a escrita e a leitura de documentos da burocracia colonial, a convivência na casa dos colonos, a frequência nas escolas de ler, escrever e contar favoreceu a disseminação da Língua Portuguesa entre os gentios que existiam no Piauí entre os anos de 1700 e 1757.

PALAVRAS-CHAVE: Século XVIII. Educação. Língua Portuguesa. Indígenas.

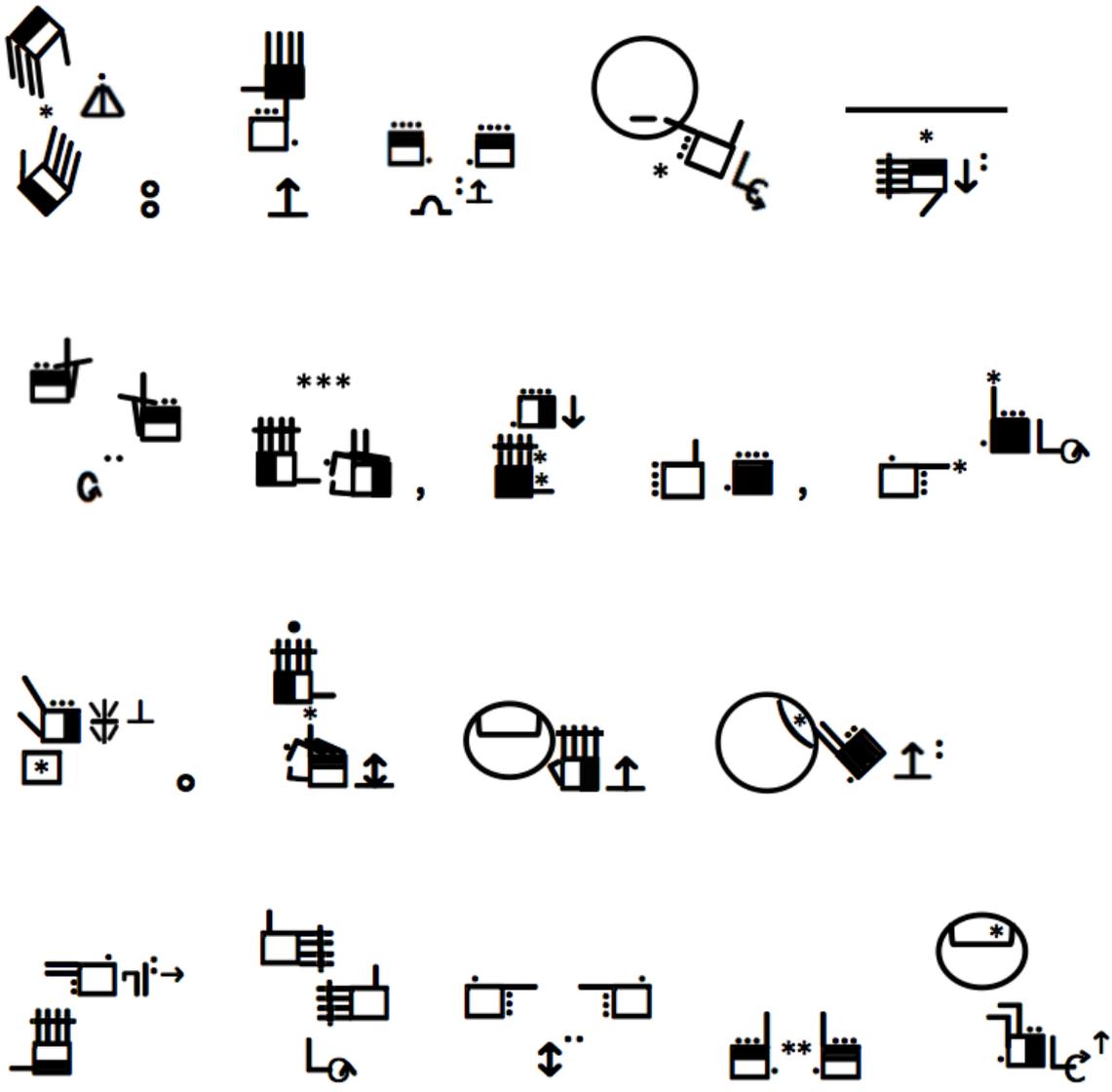
ABSTRACT: In this paper, we aim at approach the dissemination of the Portuguese Language among the indigenous population that existed in the eighteenth century in Piauí State. It is, therefore, a historical study that seeks to analyze the political and cultural mechanisms of Portuguese colonization that led to the resocialization of the indigenous people in Piauí through an education predominantly Christian and anchored in the teaching of Portuguese Language. The sources used in this study - letters, terms, regiments, royal letters and licenses - were analyzed in the light of the theoretical assumptions used by Roger Chartier (1990) to understand things used by the State for the purpose of establishing order, pacifying populations, legitimize powers, confer primacy or privileges, define possessions, territorial and cultural boundaries. The analysis of the sources allowed us to understand that the use of a general language with elements of the

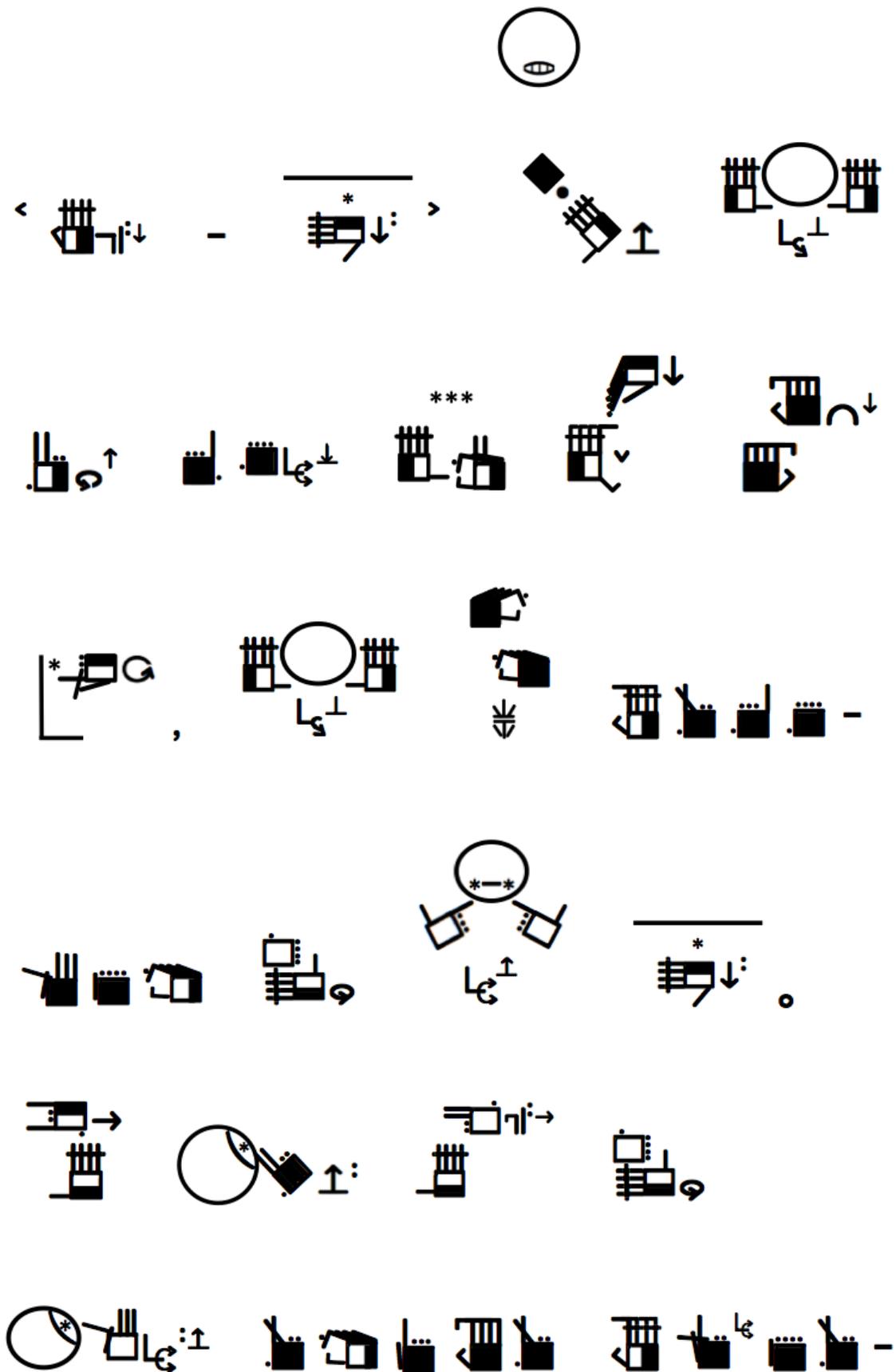
¹Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Assistente da UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos – PI. Membro dos Grupos de Pesquisa Linguagem, Escola e Sociedade (LES/UFPI), Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem (GECAL/UnB) e (Socio)Linguística, Letramentos Múltiplos e Educação (SOLEDUC/UnB). juscelinosampa@hotmail.com

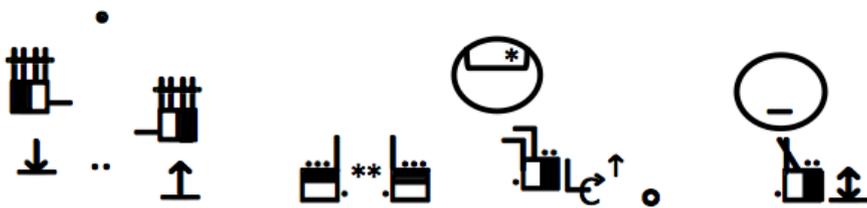
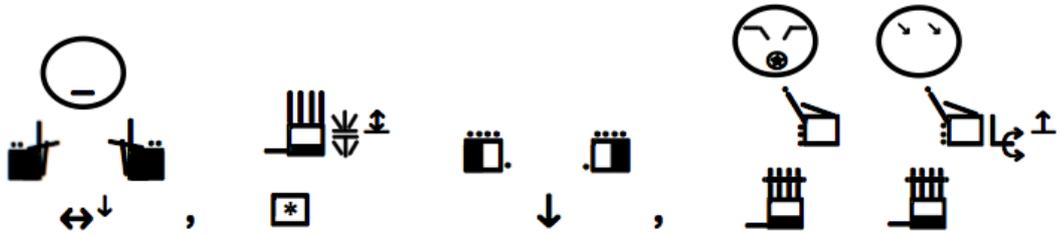
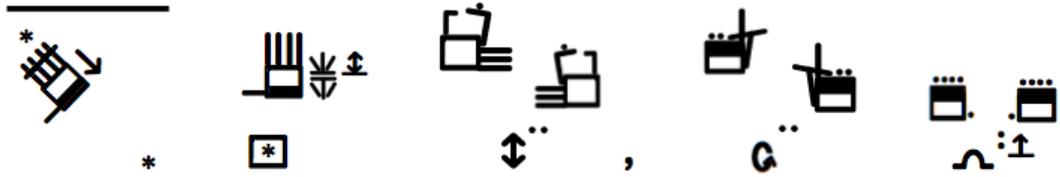
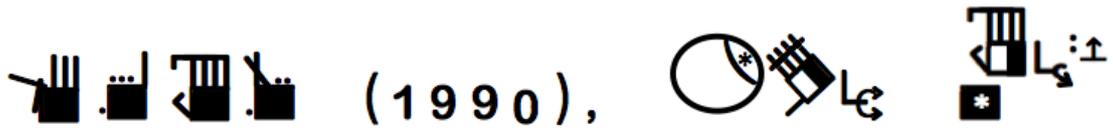
²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta III da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos – PI. alvenibarros@bol.com.br

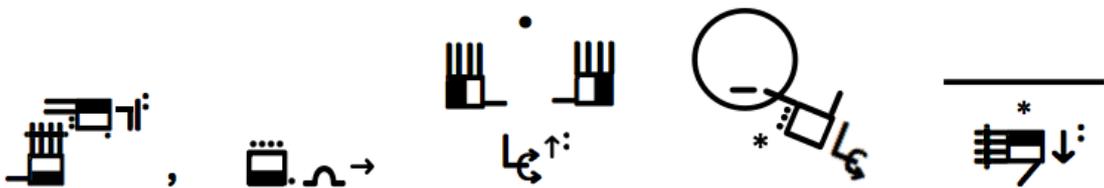
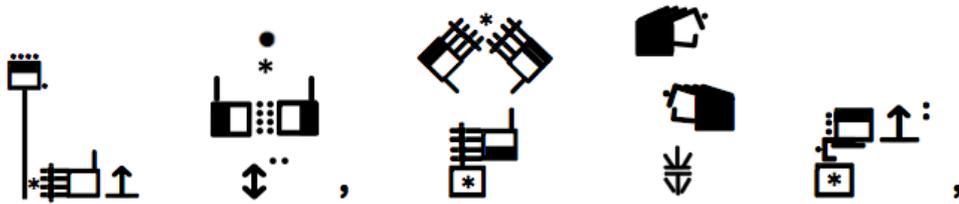
Portuguese language in catechesis, the contact of the indigenous people with the writing and reading of documents of the colonial bureaucracy, the coexistence in the house of the colonists, of reading, writing and counting favored the dissemination of the Portuguese language among the gentiles who existed in Piauí between the years of 1700 and 1757.

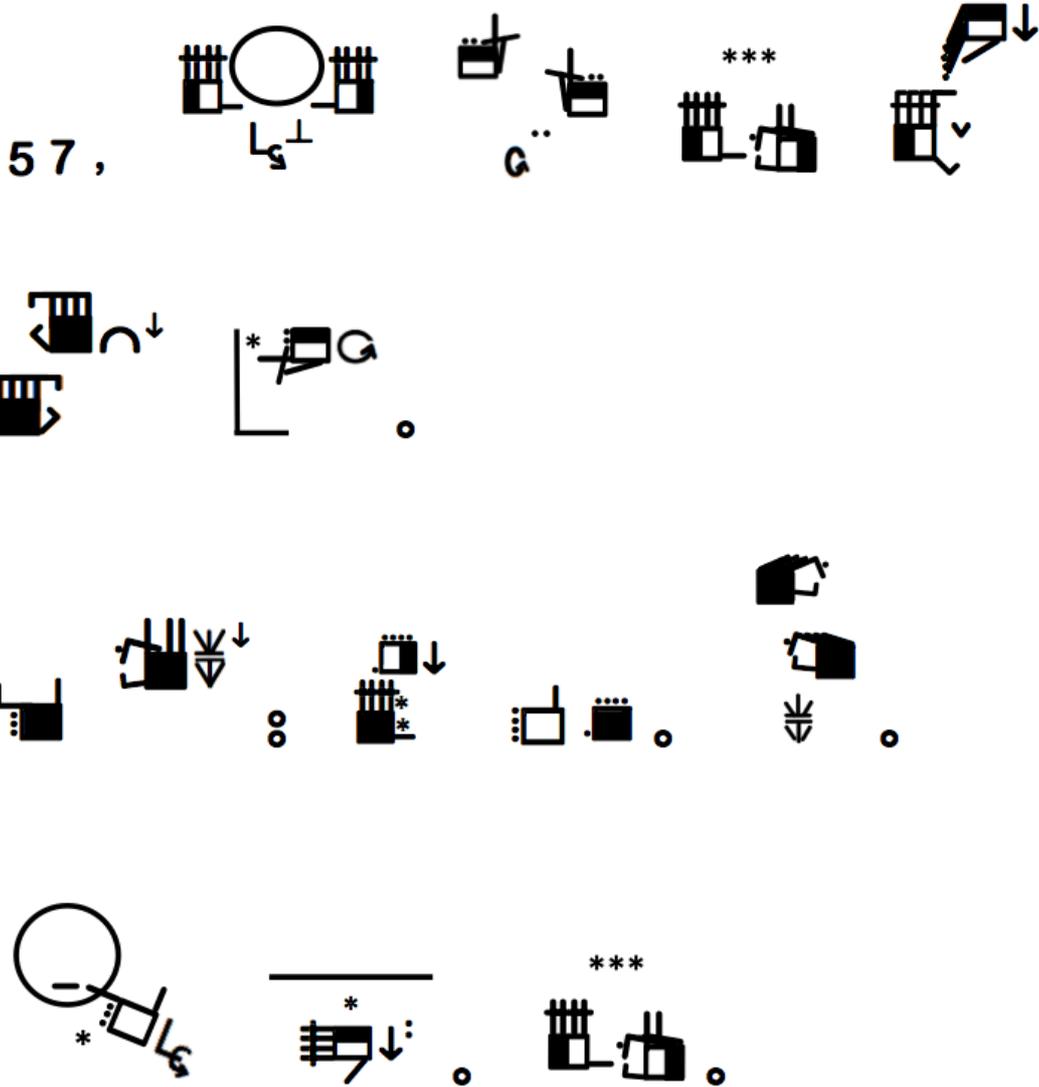
KEYWORDS: Eighteenth Century. Education. Portuguese Language. Indigenous people.











REFERÊNCIAS

AGNOLIN, A. O governo missionário das almas indígenas: missão jesuítica e ritualidade indígena (séc. XVI-XVII). In: SOUZA, L. de M.; FURTADO, J. F.; BICALHO, M. F. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

CARVALHO, Padre Miguel de. **Descrição do sertão do Piauí**. Teresina, PI: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

CHAVES, J. **O índio no solo piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

DAHER, A. Os usos da língua tupi nos séculos XVI e XVII. In: ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula (orgs.). **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009.

GARCIA, F. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas o extremo sul da América portuguesa. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GIGLIO, C. M. B. A presença da leitura e da escrita no governo de homens e coisas (Província de São Paulo – século XIX). In: 16º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 2007, Campinas, SP. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Universidade de Campinas – UNICAMP, 2007. 2. 1 CD_ROM.

NARO, J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

PORTUGAL. Regimento de 21 de dezembro de 1686, que sua magestade há por bem se guarde na redução do gentio do estado do Maranhão, para o grêmio da igreja, e repartição a serviço dos índios, que depois de reduzidos, assistem nas aldeias. In: SILVA, José Justino de Andrade e. **Collecção cronológica da legislação portuguesa (1683-1700)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. Disponível em: <www.luslusionariae.fcs.unl.pt>.

_____. Alvará de 28 de abril de 1688 do rei D. Pedro II determinando ao governador do Maranhão diversas providências acerca do resgate, cativo, liberdade e regimento dos índios. In: SILVA, José Justino de Andrade e. **Collecção cronológica da legislação portuguesa (1683-1700)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. Disponível em: <www.luslusionariae.fcs.unl.pt>.

_____. Carta régia de 11 de abril de 1702 ao governador do Estado do Maranhão, em que sua majestade recomenda observar e guardar o que determina o Regimento das Missões. In: SILVA, José Justino de Andrade e. **Collecção cronológica da legislação portuguesa (1683-1700)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. Disponível em: <www.luslusionariae.fcs.unl.pt>.

_____. Ordem régia de 12 de dezembro de 1722, para o governador do Maranhão, em que se lhe recomenda que os missionários que se houverem de por nas aldeias sejam práticos na língua dos índios. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. Livro grosso do Maranhão. 2 parte. 1948. Disponível em: <WWW.objdigital.bn.br>.

_____. Ordem régia de 12 de fevereiro de 1727, para o superior das Missões do Estado do Maranhão sobre se lhe ordenar que os índios da sua repartição se façam práticos na Língua Portuguesa. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. Livro grosso do Maranhão. 2 parte, 1948. Disponível em: <WWW.objdigital.bn.br>.

_____. Alvará de 7 de junho de 1755, fazendo abolir a administração temporal que os Regulares exercitavam nos Índios das Aldeias deste Estado. In: SILVA, Antonio Delgado da. **Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações**. Lisboa: Typografia de Maigrense, 1830. Disponível em: <www.luslusionariae.fcs.unl.pt>.

_____. Directorio de 3 de maio de 1757, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto sua Magestade não mandar contrário. In: SILVA, Antonio Delgado da. **Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações**. Lisboa: Typografia de Maigrense, 1830. Disponível em: <www.luslusionariae.fcs.unl.pt>.

_____. Cláusula estabelecidas pelo desembargador Gaspar Gonçalves dos Reis em 13 de outubro de 1757 sobre os índios e as índias dados à soldada. In: COSTA, Francisco Antonio Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2. ed. São Cristóvão (RJ): Editora Artenuva, 1974.

_____. AHU. **Carta** de Manuel Ribeyro de Olinda escrita em primeiro de fevereiro de 1739 sobre a guerra que se fazia contra o gentio no Maranhão e Piauí, copiada pelo secretário do Estado, José Gonçalves da Fonseca e enviada ao conselho ultramarino. Pará, 9 de setembro de 1739.

_____. AHU. **Ofício** do Capitão mor do Piauí, Antônio Gomes de Leite, ao governador do Maranhão, comunicando a paz que foi estabelecida com os gueguês e acoroás no Piauí. Mocha 24 de agosto de 1743.

_____. AHU. **Carta** do Capitão mor do Piauí, Antônio Gomes de Leite, aos padres missionários do Maranhão sobre as grandes utilidades dos missionários entrarem para as terras do gentio Acaroa. Vila de Moucha, 24 de agosto de 1745.

_____. AHU. **Ofício** do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva ao [governador e capitão general do Maranhão] Francisco Pedro de Mendonça Gorjão sobre a guerra com os índios da nação gueguês e a paz com eles estabelecida. Vila de Moucha, 6 de novembro de 1747.

_____. AHU. **Provisão** do rei Dom José I ao governador e capitão-general do Maranhão determinando que lhe desse conta das razões que provocaram a demora da guerra contra o gentio Guegué e o projeto de aldeamento dos índios Gamela. Lisboa, 31 de maio de 1753.

RODRIGUES, A. **Línguas brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1985.

ROSA, M. C. Línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras. IN: **Revista de estudos Linguísticos de Belo Horizonte**, vol.6, n. 2, p.97 - 149, jul./dez. 1997.

SILVA, R. V. M. e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

VIEIRA, M. A. B. **A educação escolar das crianças no Piauí: 1730-1859**. Teresina, PI: EDUFPI, 2013.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L. de M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.